

POLÍTICA

Congresso: o PFL quer ganhar força.

Além da disputa interna no PMDB, com o deputado Fernando Lyra enfrentando Ulysses Guimarães para conquistar a presidência da Câmara, as lideranças do partido têm outro problema: contentar o PFL, que também não abre mão de conseguir a presidência de uma das Mesas do futuro Congresso. Um cargo de destaque, portanto, é tudo o que o PFL pede para, em troca, apoiar Ulysses integralmente. "O PFL vai sugerir às lideranças do PMDB que escolham duas das três presidências — Câmara, Senado e Constituinte. A que sobrar seria do PFL", propõem vários frentistas.

A proposta do PFL não deixa de ser tentadora para o PMDB — o difícil será acalmar os constituintes em disputa pelos mesmos cargos. A presidência da Constituinte deve ser mesmo de Ulysses; a do Senado há muito que tem dois candidatos do PMDB: Nelson Carneiro e Humberto Lucena; a da Câmara, Ulysses e Fernando Lyra não abrem mão.

Essa situação, contudo, favorece o PFL. Os frentistas sabem que o PMDB terá de propor negociações para assegurar a eleição de Ulysses à presidência da Câmara no dia 2 de fevereiro pela manhã, e à presidência da Constituinte à tarde. A eleição do presidente do Senado será em 1º de fevereiro pela manhã — e o acordo não poderá falhar: se o PMDB eleger Carneiro ou Lucena num dia, no outro a dupla candidatura de Ulysses estará correndo sérios riscos.

Acomodação

Preocupados com um inevitável confronto em plenário, parlamentares do PMDB de diversos Estados vêm pesquisando uma saída que convença Fernando Lyra a desistir de disputar com Ulysses. Não será fácil encontrar uma fórmula que, ao mesmo tempo, não prejudique Lyra e não provoque dissidências internas no partido. Fala-se em apresentar Lyra como a liderança do PMDB na Câmara, como sugere José Costa (PMDB-AL); ou indicá-lo para uma vice-presidência da mesa da Constituinte, como defende Miro Teixeira (PMDB-RJ). Todos sabem, porém, que Lyra jamais aceitará um cargo como a 1ª vice-presidência da Câmara.

Se houver mesmo disputa, Ulysses vai precisar de pelo menos 244 votos para vencer. O PMDB teria condições de lhe assegurar vitória, já que conta com 257 deputados. Mas Lyra não está perdendo tempo. Calcula ele que seriam suficientes 130 votos da bancada do PMDB; os outros 114 seriam conseguidos nos demais partidos.

Muitos parlamentares não escondem que a luta de Lyra é muito desigual. Lembram que Ulysses deverá contar com o apoio de todos os 23 governadores eleitos pelo PMDB, além da grande maioria do partido e, de quebra, com o PFL, que está apenas à espera de alguma negociação. Os peemedebistas que não aceitam negociação propõem logo que o partido rompa com o PFL, aproveitando-se da grande maioria conquistada nas urnas. E, para garantir tudo o que Ulysses quer, sugerem que se captem adesões em outros partidos. Tudo indica, porém, que não interessa ao Palácio do Planalto romper agora a Aliança Democrática. Seria um mau negócio. O PFL seria jogado em posição de independência na Constituinte, ao lado do PDS, que agora carrega a bandeira da oposição.

A situação entre os dois partidos é delicada. O PFL continua ressentido com o PMDB desde que o sucesso nas urnas levou o partido de Ulysses a pedir a demissão sumária de ministros frentistas — e com a colaboração de governadores eleitos. A Aliança Democrática já estava prestes a ser destruída quando Ulysses tratou de acalmar as lideranças fazendo uma discreta visita ao ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel — uma das cabeças mais visadas pelo PMDB, que em cada oportunidade que surge volta a defender a reforma ministerial com menos espaço para o PFL.

No Rio, o governador eleito Moreira Franco manifestou ontem novamente sua posição favorável à eleição de Ulysses para a presidência da Constituinte e também para a presidência da Câmara. "Ambas devem ser exercidas pela mesma pessoa", justificou. "A presidência da Constituinte é um fato episódico, com prazo certo e limitado, e o doutor Ulysses tem todas as condições políticas para exercê-la." Quanto à presidência da Câmara, Moreira acha que "o bom senso político manda que seja exercida pelo mesmo político que presidir a Constituinte".

**Constituinte:
Sarney não quer
usar
os decretos.**

Quem garante é um
assessor do presidente.
Enquanto isso,
proliferam as sugestões.



O presidente José Sarney não está se esforçando para conseguir do Congresso Nacional a delegação de legislar por decreto durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. Isto porque, segundo um assessor direto do presidente da República, a própria emenda que convoca a Constituinte prevê os trabalhos paralelos das duas Casas — uma voltada para a elaboração da nova Carta e outra para a legislação ordinária.

De acordo com a mesma fonte, o presidente Sarney nega também que tenha sofrido pressões do PMDB para evitar o que ocorreu em Constituintes anteriores, quando foi dado poder aos chefes de governo da época para que

comandassem o processo de fazer as leis ordinárias do País. Do mesmo modo, disse o informante, o Palácio do Planalto desmente a existência de desentendimentos entre Sarney e o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pelo fato de este estar pleiteando acumular as presidências da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte.

Na verdade, pelo que se comenta em vários gabinetes palacianos, existe em uma parte da cúpula do Executivo um nítido interesse em que Ulysses seja reeleito presidente da Câmara dos Deputados, acabando com as pretensões do pernambucano Fernando Lyra, que vê inconstitucionalidade no acúmulo de

cargos. Esse interesse é compartilhado pelo presidente Sarney, que em conversas particulares com Ulysses vem insistindo na tese de que a Assembleia Nacional Constituinte não comporta "duas cabeças distintas no comando", ou seja, um homem da confiança do governo à frente da Constituinte contra um outro que não esteja completamente afinado na Câmara, ou vice-versa. Tanto Sarney quanto Ulysses, adiantaram importantes fontes do governo, concordam em que uma situação desse tipo provocaria "conflitos de administração" na Constituinte, prejudicando os interesses do governo.

"Criatividade"

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) identificou "muita criatividade" na intenção atribuída por alguns setores políticos ao deputado Ulysses Guimarães, de pretender ocupar as presidências da Câmara e da Constituinte para impedir que o presidente Sarney legisle durante a Constituinte.

Santana lembrou que os poderes de iniciativa legislativa do chefe do Executivo não sofrem alterações pela circunstância de estar o Congresso reunido na Assembleia Nacional Constituinte, e ainda: os mecanismos regimentais do processo de elaboração legislativa são impessoais, e a qualquer decisão supostamente irregular do presidente de qualquer Casa do Congresso cabe recurso ao seu plenário, soberano e

última instância de todas as decisões.

Sugestão

Com o objetivo de evitar a persistência do que chamou de "ditadura democrática" — Senado e Câmara reunidos em sessão conjunta sem condições de apreciar os vetos ou os decretos do Executivo por falta de quórum —, o senador José Fregelli (PMDB) defendeu o exame em separado, por cada Casa legislativa, das matérias de iniciativa da Presidência da República.

Fregelli propôs ainda a inversão do ônus do decurso de prazo, "a exemplo do que ocorre nos países efetivamente democráticos", onde as matérias são rejeitadas quando não há número para sua aprovação, e lembrou que o sistema em vigor remonta aos tempos do autoritarismo, não tendo mais sentido sua manutenção.

Nosso analista político, Carlos Chagas, informa que "está surgindo uma luz no fim do túnel, capaz de evitar o caos — o funcionamento simultâneo e regular da Assembleia Nacional Constituinte, Câmara, Senado e, eventualmente, do Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos)". Há uma corrente de parlamentares contra essa possibilidade, e o deputado mineiro Oscar Correia (PFL) está estudando uma proposta, a ser submetida à Constituinte, suspendendo as atividades da Câmara e do Senado enquanto durar o trabalho da Assembleia Constituinte.

**Parlamentarismo:
Pimenta
vai defender
essa idéia.**

confirmou ontem sua disposição de apresentar emenda à Constituinte para a implantação do sistema. Diz ele que chega a se surpreender com a quantidade de parlamentares a favor do regime: "Dificilmente tal proposição deixará de ter boa acolhida". Como argumento, Pimenta diz que o parlamentarismo garante a estabilidade das democracias na Europa: "Numa crise, muda-se o governo, mas o sistema não é abalado".

**Igreja: um
grupo
para acompanhar
os trabalhos.**

haja a mais ampla participação do povo." O anúncio do presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, foi feito ontem, em Santa Maria. Ele disse ainda que a entidade formou um grupo de trabalho que irá acompanhar o dia-a-dia dos trabalhos da Constituinte: "O interesse da Igreja é uma Constituição moderna, realista, corajosa, realmente democrática e consagrada dos direitos individuais dos cidadãos".

Convencido de que o parlamentarismo favorece a estabilidade democrática "e desestimula a aventura dos golpes de Estado", o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga,

"Com ânimo e métodos democráticos, a Igreja irá seguir e acompanhar todo o processo da Constituinte, sugerindo, reivindicando, organizando as comunidades para que